

ESPORTE, CULTURA E SOCIEDADE – RESISTÊNCIAS E REIFICAÇÕES SOB O PRISMA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Fábio Daniel da Silva Rios¹

Gustavo Andrada Bandeira²

No ano de 2021, foram celebrados os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2020 em Tóquio, no Japão, com atraso e sem presença de público, em virtude da pandemia de COVID-19 que se abateu sobre o mundo. Nesse contexto, trazemos à luz este dossiê dedicado às relações entre esporte, cultura e sociedade, com trabalhos de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento (Ciências Sociais, História, Educação Física, Comunicação, Educação e Produção Cultural), refletindo assim o caráter multidisciplinar dos estudos sobre práticas esportivas e de lazer. Os trabalhos aqui reunidos apresentam abordagens diversificadas sobre aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais dos esportes, tendo em comum o prisma das ciências humanas e sociais.

Os esportes, em suas versões normativas contemporâneas, surgiram como um produto da modernidade ocidental na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. O estabelecimento de regras e regulamentos precisos, que caracterizou a desportivização das competições medievais, consistiu num processo civilizatório que levou à conformação dos esportes modernos como atividades dedicadas ao extravasamento de pulsões e emoções dentro de limites socialmente definidos e segundo formas específicas de autocontrole. Esses elementos, dentre outros, formaram o que nos autorizamos a chamar de uma cultura esportiva cujas normas contribuem para a construção de corpos, emoções, subjetividades e performances.

Muitas vezes se estabelece certo embate intelectual sobre se os esportes seriam reprodutores de significados sociais mais amplos, externos a eles, ou se teriam a capacidade de produzir certa autonomia frente às normatividades culturais, estabelecendo-se como um campo específico e fechado em si mesmo. Acreditamos que os esportes não são nem uma coisa nem outra. Eles se constituem de forma muito bem integrada entre suas disputas particulares e os quadros normativos que os circundam. Seus discursos e significados são produzidos e colocados a circular por meio deste lugar de diálogo. Enquanto práticas culturais inerentemente agonísticas, eles estão sempre envolvidos em disputas e conflitos, e operam em complexas redes nas quais diferentes atores transitam, ocupando posições ou exercendo funções variadas segundo as dimensões da prática, da gestão, da apreciação, ou ainda da produção de narrativas sobre os eventos.

O campo dos estudos dos fenômenos esportivos através da lente das ciências humanas e sociais existe há aproximadamente quarenta anos no Brasil e, ao longo do tempo, acabou se constituindo como uma área específica de investigação. Num primeiro momento, entre o final da década de

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ.

² Doutor em Educação pelo PPGEdu/UFRGS.

1970 e o início da década de 1980, a construção da identidade nacional através da seleção brasileira de futebol de homens possuía protagonismo temático. Durante a década de 1990, o futebol seguiu como objeto privilegiado, destacando-se a discussão sobre a violência entre torcedores, especialmente os organizados. A partir da virada para o século XXI, observamos a ampliação da produção, com a diversificação de temáticas, linhas de abordagens e modalidades investigadas.

Nosso objetivo com este dossiê é apresentar e discutir a fecundidade desta convivência entre seu “objeto fundador” – o futebol de espetáculo jogado por homens – e as novas temáticas. Assim, os três primeiros trabalhos são dedicados a discussões sobre esse universo do futebol masculino profissional, tema que continua fomentando um número maior de abordagens, em consonância com a maior popularidade desse esporte no Brasil onde, mesmo com ressalvas à perífrase “país do futebol”, continua designando uma importante âncora da identidade nacional. Os trabalhos aqui apresentados, porém, destacam questões sociais, políticas e econômicas ainda pouco exploradas quando comparadas com a atenção dada à sua dimensão simbólica e cultural.

Marina de Mattos Dantas, no artigo “Martín e Sebastián: conversas com dois jogadores argentinos sobre empreender-se como jogador de futebol”, discute as condições laborais de jogadores de futebol anônimos, sem contrato. A autora procura problematizar a situação desses sujeitos, transitando entre o ser e o não ser jogador de futebol, que atuam como empreendedores de suas próprias trajetórias em busca de melhores oportunidades de trabalho. Ela busca olhar justamente para o futebol masculino profissional, principal representação esportiva como atividade econômica, para questionar os exercícios feitos por jogadores para se tornarem elegíveis dentro deste mercado. Dialogando com Michel Foucault, Dantas aponta que a racionalidade neoliberal obriga que os jogadores, para além de aprimorar suas qualidades esportivas, qualifiquem-se como *capital humano* para participarem deste mercado com trabalhadores em excesso. Para além da busca de emprego, os atletas entendem que o futebol é uma paixão. Apesar disso, acabam envolvendo suas famílias, empresários e investidores na busca pela realização desse “sonho”. Os atletas precisam buscar oportunidades de circular nesse mercado, o que não é facilitado para aqueles que não conseguem construir-se como uma marca. Mesmo sem contrato, precisam criar possibilidades para tentarem sair do anonimato, para o que é necessário manter-se ativo e esportivamente produtivo, pronto para jogar e trabalhar. Nas palavras da autora, é preciso permanecer “resiliente”.

Em “Associações civis, sociedades empresárias e participação de torcedores: proposta de tipologia de clubes de futebol no século XXI”, Irlan Simões nos apresenta um esquema de classificação dos diferentes tipos de clubes de futebol na atualidade, tendo como ponto de partida o corrente processo de “empresarização” dos clubes, caracterizado pela mudança de seu estatuto de “associações civis” para “sociedades empresárias”, além da adoção de uma lógica corporativa de gestão, mais aberta aos princípios do mercado. Segundo a classificação elaborada, que leva em conta o formato jurídico, a estrutura societária e o modelo político das agremiações de diversos países da Europa e das Américas, existiriam ao menos dez tipos de clubes de futebol. A investigação sobre os diferentes modelos de estruturação dos clubes está relacionada a um projeto intelectual mais amplo, conduzido pelo autor, dedicado à temática dos ativismos torcedores. Assim, seu objetivo neste artigo é compreender de que modo a dimensão estrutural analisada condiciona os tipos de organizações criadas pelos movimentos de torcedores, com destaque para aquelas devotadas à luta por maior participação política.

No texto “A globalização e o futebol: o processo de acentuação da desigualdade”, Juliano Pizarro descreve as diferentes etapas do processo de globalização do futebol, mostrando-nos como esse processo é inerentemente acompanhado pelo aumento da desigualdade em diferentes níveis, destacando-se seu desenvolvimento na escala internacional. Segundo o autor, embora o futebol já estivesse presente praticamente no mundo todo em meados do século XX, sua globalização se intensifica a partir da década de 1970, impulsionada pela gestão de João Havelange como presidente da FIFA, o qual procurou expandir a prática desse esporte, explorando-o como uma mercadoria de alcance global. Associada à lógica do mercado, a globalização do futebol foi desde sempre marcada pela tendência à geração de desigualdades, o que se intensificou ainda mais na década de 1990, com o advento da chamada Lei Bosman, que deu início à eliminação das restrições à contratação de jogadores estrangeiros, levando ao fortalecimento dos clubes mais

ricos da Europa. Por fim, Pizarro aponta o surgimento de novos atores no mercado internacional, tais como a China, a Rússia e alguns países do chamado “mundo árabe”, que vêm estreitando suas relações com o futebol como uma estratégia de legitimação baseada no conceito de *soft power*, valendo-se da grande popularidade desse esporte.

Já os três últimos trabalhos que compõem o dossiê são dedicados à abordagem dos esportes de modo geral, destacando-se suas dimensões simbólica e política, ou de modalidades específicas diferentes do futebol masculino profissional, como a pipa e o boxe praticado por mulheres. A concepção do dossiê pretende, assim, contribuir para a problematização dos efeitos dessa “monocultura esportiva”, tradicionalmente vivenciada no país, sobre a produção de reflexões e pesquisas no meio acadêmico.

Assim, no artigo “Da natureza à civilidade: as muitas faces do jogar pipa no Rio de Janeiro”, Fernando Morselli Guerra aborda a prática de soltar pipa nos subúrbios cariocas. Baseando-se no esquema de classificação elaborado por Roger Caillois, o autor nos fala sobre a pipa como brincadeira, como jogo e como esporte em diferentes épocas e contextos de ação. Segundo ele, o que antes estava associado à infância, existindo principalmente como uma brincadeira de crianças, com o tempo acabou se transformando em um passatempo majoritariamente de adultos, socialmente marginalizado. Para abordar essa mudança e a reconfiguração da prática no presente, o autor ancora sua análise em dois contextos principais: os festivais, onde o soltar pipa se desenvolveria como jogo, e os campeonatos, nos quais a prática se converteria em esporte, realizando-se trabalho de campo e entrevistas qualitativas com os frequentadores desses eventos. Por fim, Guerra destaca o tombamento da pipa como patrimônio cultural e o processo de desportivização da prática como estratégias de legitimação social, possibilitando que ela seja vista como algo sério, regrado, organizado e culturalmente relevante.

No ensaio “Entre a manutenção e a resistência: processos de significação do esporte no Oriente Médio”, Hanin Majdi Waleed Mustafa Kassem Dawud, Evelise Amgarten Quitau, Viviane Teixeira Silveira e Marcelo Moraes e Silva procuram responder de que modo o esporte moderno atravessa processos de construção e contestação das identidades nacionais no Oriente Médio. Os autores apontam que a partir da década de 1960, regimes políticos da região trataram o esporte como uma possibilidade de buscar a legitimação de partidos e líderes políticos, famílias reais e identidades territoriais, mobilizando suas populações e retratando, em alguma medida, posições políticas e culturais mais estabelecidas. Ao mesmo tempo em que indicava a independência e unidade política nos diversos países do Oriente Médio, o esporte carregava imagens de modernidade e estabilidade, readequando-se às relações políticas árabes e se tornando um espaço possível para a produção de identidades forjadas na esteira do colonialismo, sendo um propulsor das novas fronteiras. Os pesquisadores visualizaram que, enquanto associações ou sindicatos não eram permitidos, as torcidas organizadas de futebol foram protagonistas nas revoltas populares árabes iniciadas em 2011. Mostrando sua multiplicidade, o mesmo esporte moderno utilizado para fomentar os Estados Nacionais implementados após a dissolução do Império Otomano também conseguiu impulsionar modos de organização para revoltas políticas na segunda década deste século.

Por fim, propomos com este dossiê um último questionamento: poderia existir uma exigência de desempenho esportivo que não considerasse o corpo sexuado/generificado das atletas ou dos atletas? Uma expectativa de performance idêntica nos esportes para mulheres e homens poderia borrar as fronteiras de gênero? Como levar em consideração os adjetivos de gênero masculino ou feminino para pensar as práticas esportivas? Quem poderia e qual a potência de pensar o esporte sem o adjetivo generificado? No texto “Pensar a relação entre gênero e esporte a partir do boxe praticado por mulheres”, Gustavo Andrada Bandeira e Verónica Moreira procuram responder a algumas dessas questões, a partir de distintas experiências com a prática de boxe por mulheres amadoras e profissionais. O autor e a autora procuram demonstrar que o corpo das atletas e a qualidade de seu desempenho esportivo são mais bem explicados pelos longos períodos de treinamento do que pelo sexo/gênero da atleta que realizou essa transformação ao passar dos anos. Ela e ele questionam se a partir disso seria possível pensar em um esporte sem gênero. O artigo encerra defendendo que o esporte sem gênero possa ser pensado como uma utopia, para ser tratado como uma agenda de investigações futuras, as quais poderiam problematizar o conceito de gênero

– e, também, o conceito de sexualidade – no contexto das práticas esportivas de lazer ou de alto desempenho.

Com os trabalhos aqui reunidos, esperamos oferecer uma amostra dos trabalhos que vêm sendo produzidos, nos últimos anos, sobre práticas esportivas e de lazer, dentro de um campo de reflexões associadas ao prisma das ciências humanas e sociais, indicando também novas tendências quanto aos temas e às linhas de abordagem mobilizadas pelos pesquisadores da área.